

# Reflexos da CPI

JORNAL DA TARDE

23 NOV 1993 FRANCISCO IGLÉSIAS

Orçamento



## IMPÕE-SE AO PAÍS UMA OPERAÇÃO QUE O LIMPE E LHE RESTITUA A DIGNIDADE, NÃO SE SABE QUANDO PERDIDA.

O desdobrar da CPI do Orçamento surpreende a Nação todos os dias e prova que mesmo os juízos mais pessimistas estavam distantes da realidade: o quadro é bem pior do que podiam supor as mais sinistras Cassandras. A corrupção era prática comum, sabia-se: autoridades como governadores, prefeitos, ministros se desmandavam no Executivo; o Legislativo era suspeito de irregularidades, com agentes mais dedicados a seus negócios que à causa pública; até sobre o Judiciário pairavam dúvidas.

Atribuía-se a desconfiança a certo gosto de flagelação crítica, não restrita à imprensa, a políticos ou intelectuais, mas ainda ao povo em seus segmentos mais modestos. Houve quem visse aí uma característica nacional, ao gosto masoquista do retrato negativo. No plano dos estudos sobre a trajetória nativa haveria três linhas definidas: uma otimista, mas ingênua, vendo no País suas grandezas, garantia de presente sólido e futuro brilhante. O símbolo estava no livro de Afonso Celso, expressivamente chamado **Porque me ufano de meu país**, publicado em 1901. Em oposição apresentava-se o historiador paulista Paulo Prado, com **Retrato do Brasil**, editado em 1928. É a década do modernismo, afiador das armas críticas, fixada no oposto: a vida nacional marcada por notas desabonadoras, à vista da formação do povo, com passado sombrio, presente dubio e futuro desanimador. Nada ingênuo e de autor lúcido, não deixava de ser acrítico e contestável.

Impõe-se uma visão objetiva, realista. Esta já existe em obras

de História ou de interpretação do Brasil, agora apuradas em analistas com estudos realmente críticos, como se dará sobretudo a contar da década de 30. A chamada revolução foi momento decisivo não só na prática política como nas interpretações do suposto destino nacional. Entre as realizações dos vitoriosos está a reforma do ensino de 1931, criando a Universidade, com novos cursos que ensejaram a formação de cientistas sociais devidamente preparados para o balanço revisor. Como se vê, com o funcionamento desses cursos nas décadas seguintes, cujos frutos já são apreciáveis e válidos, supera-se o palpite ou impressões subjetivas pelo esforço de pesquisa, levantamento da situação e análise descomprometida.

As frequentes Comissões

Parlamentares de Inquérito não levavam em geral a nada. Seus relatórios eram arquivados e tudo ficava na mesma. A CPI PC-Collor, no entanto, já demonstrava outro resultado, apura e chega a afastar um presidente. Parece, no entanto, ter-se satisfeito com a medida e não houve outras punições. Ninguém foi preso ou teve os seus bens seqüestrados — principal castigo para quem procede apenas com vistas à riqueza pessoal, com o assalto aos cofres públicos. O principal — PC — fugiu; o presidente está tranqüilo, esperando ser eleito qualquer coisa no próximo ano para assegurar a imunidade. Só a modesta secretária foi presa. O Supremo Tribunal não completou o dever, confirmando a morosidade da Justiça. A Comissão fez algo, mas deixa a de-

sejar até agora.

Escândalo maior ou igual surge, com a denúncia das trapacas do Orçamento, envolvendo dezenas de parlamentares, governantes, ministros, além dos agentes da corrupção — os empreiteiros agenciadores de votos para aumento de seus patrimônios. A Comissão já revelou quadro aterrador de roubos, negociatas, comprometendo ainda mais a imagem do País aos olhos do mundo. Revelou figuras atuantes na política destituídas do mínimo de sentido ético, ladrões consumados por anos seguidos. Feita a denúncia, mostram-se nos depoimentos de um cinismo revoltante, escarnecedores do povo e das instituições. As Cassandras estavam distantes da realidade: tudo era pior.

Impõe-se ao País uma operação que o limpe e lhe restitua a dignidade, não se sabe quando perdida. Já há elementos para punir muitos parlamentares e mais autoridades, com a cassação dos mandatos e a prisão imediata. Não é processo sumário: a força das evidências criminosas o exige. Imite-se o feito na Itália. Reveja-se o institucionalizado: a começar pelas imunidades. Têm de ser revistas, pois até agora significam de fato impunidade. Se a ocasião não levar a tanto, o País pode ser dado como invisível. É melhor deixar de vez o ouro com o bandido.

### O AUTOR

Francisco Iglésias é professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais

